

EPISÓDIOS DE ESCORREGAMENTO EM APPs: UM ESTUDO DE CASO EM SÃO VICENTE - SP

Maria Rita Barros Leite de Moraes¹; Honório de Resende Moraes²

¹ DEFESA CIVIL DE SÃO VICENTE; UNIMONTE; ² CCR Nova Dutra; UNIMONTE.

São Vicente possui em seu território planícies costeiras, a Serra do Mar e morros parcialmente ocupados, onde escorregamentos podem ocorrer quando o índice pluviométrico acumulado de 72 horas ultrapassa o valor de 100mm. Nessas condições o solo perde a sua coesão.

Através de estudos e trabalhos de campo, nota-se que muitas moradias em morros se encontram dentro de Áreas de Preservação Permanente – APPs, tais como topo de morros, áreas com inclinações superiores a 45° e a menos de 30m de rios com menos de 10m de largura.

As APPs são definidas através da Resolução Conama 303/2002, e sua vegetação se encontra protegida pelo Código Florestal, lei 4771/1965, em cujo artigo II temos sua definição: área protegida com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Os eventos de Santa Catarina em 2008 e da região Serrana do Rio de Janeiro em 2011 mostraram claramente que em encostas e margens de rios é extremamente perigoso se construir.

O objetivo deste trabalho é mostrar que os mapeamentos de risco de escorregamentos realizados de acordo com a metodologia da UNDRO – ONU, para elaboração dos Planos Municipais de Redução de Risco (PMRR) não levam em conta a legislação ambiental e indicam obras para áreas de risco situadas em APPs. Para isso foi utilizado um estudo de caso no município: um escorregamento ocorrido em 02 de janeiro de 2011.

A metodologia utilizada para este estudo foi a realização de trabalhos de campo, consulta à bibliografia existente e também a legislação municipal e federal. O escorregamento em questão ocorreu devido à ocorrência à Zona de Convergência do Atlântico Sul. Os índices pluviométricos acumulados medidos para os três primeiros dias do ano foram: 36,3mm; 175mm e 196,6mm.

O escorregamento que ocorreu abaixo da ligação 09, casa 4, Morro do Itararé, foi do tipo planar, com cerca de 5m de largura e 40m de extensão; todo o local fica a menos de 30m de um curso d'água, assim como a casa da ligação 3, à jusante, e que quase foi atingida; o risco do local passou de risco médio, classificado pelo PMRR, a risco alto. Casas vizinhas em risco (ligação 06), também foram interditadas, num total de 10 moradias.

Através da fórmula $D=(H/L) \times 100$, num mapa com escala 1:1000, foram determinadas as declividades: para as ligações 09 e 03 é de 20% e para a ligação 06 é de 45%.

Esta área é denominada CA 2 – Proteção Ambiental, segundo o mapeamento de uso e ocupação do solo do município, onde não é permitida a fixação de residências. Pela Carta Geotécnica, a área do escorregamento é caracterizada como IVb, imprópria à ocupação.

O poder municipal optou nesse caso seguir a legislação ambiental e de uso e ocupação do solo e interditar o local, à orientação do PMRR, que seria a realização de obras estruturais, pois esta conflita com a legislação municipal e federal.

PALAVRAS CHAVE: ESCORREGAMENTOS, ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, SÃO VICENTE.